



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO SUL REALIZADA NO DIA 30 DE AGOSTO DE 2016

Aos trinta dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezasseis, reuniu extraordinariamente na Sala de Reuniões dos Paços do Concelho, a Câmara Municipal de São Pedro do Sul, sob a presidência do Sr. Vítor Manuel de Almeida Figueiredo, Presidente da Câmara Municipal e com a presença dos Srs. Vereadores Prof. Adriano de Lima Gouveia Azevedo, Dr. Francisco José de Matos, Dr.^a Alda Catarina Sequeira Rodrigues, Dr.^a Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho, Prof. Rogério Fernandes Duarte e Dr. Pedro Miguel Mouro Lourenço.-----

ABERTURA

Verificada a existência de quórum foi declarada aberta a presente reunião, quando eram 09 horas e 07 minutos, passando a Câmara Municipal a ocupar-se dos seguintes assuntos:

DIVISÃO ADMINISTRATIVA**DELIBERAÇÃO N.º 328/16 - PROPOSTA DE REGULAMENTO INTERNO SOBRE A PREVENÇÃO E CONTROLO DO CONSUMO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS:-----**

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o regulamento referido em epígrafe, o qual se dispensa de ser transcrito, depois de ter sido rubricado por todos os membros do executivo, ficando a constituir o seu anexo I, relativamente ao qual foi emitida pela Comissão Nacional de Proteção de Dados a autorização nº 6837/2016. -----

DELIBERAÇÃO N.º 329/16 - PROCESSO DISCIPLINAR Nº 1/2016 - RELATÓRIO FINAL:-----

Assistiram-se neste ponto às seguintes intervenções: Sr. Vereador Prof. Adriano de Lima Gouveia Azevedo: Manifestou reconhecer que a trabalhadora em causa tinha tido momentos menos felizes, admirando-se da mesma não ter apresentado qualquer defesa. Depois levantou as seguintes questões: Tinha havido despacho interno, por parte da Vereadora do Pelouro, ou do Presidente da Câmara Municipal, aquando da entrada em funcionamento do Centro Escolar, para a mesma trabalhadora ter a responsabilidade de recolha de dinheiro? Recebia abono para falhas? Tendo a Câmara Municipal aprovado um plano de prevenção de corrupção, tinham sido observados os seus mecanismos para acompanhar e controlar este tipo de situações e quem era o responsável político pela sua implementação? Em resposta o Sr. Presidente da Câmara referiu que existia o despacho de afetação dos trabalhadores e o de atribuição dos seus objetivos, confirmando ainda que a trabalhadora em causa não recebia abono para falhas. Quanto à responsabilidade, afirmou que enquanto Presidente da Câmara era ele o responsável máximo por todos os serviços, mas os Chefes de Divisão e Chefes de Secção também tinham as suas responsabilidades e ele não podia controlar todo o serviço desses responsáveis. Então o Sr. Vereador Prof. Adriano de Lima Gouveia Azevedo disse que o facto do Sr. Presidente da Câmara Municipal ter tido alguma dificuldade em identificar o responsável político pelo acompanhamento do dito plano, revelava haver alguma negligência e incúria por não estar a ser cumprida a obrigação legal de serem adotados os mecanismos e procedimentos previstos no plano com vista a serem acauteladas situações como esta.



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL

Perguntou ainda se era obrigatória a participação ao Ministério Público, tendo o Sr. Presidente da Câmara Municipal confirmado essa obrigatoriedade afirmando que, por tal, sempre o faria ainda que a Câmara Municipal o não deliberasse. Após, interveio o Sr. Vereador Prof. Rogério Fernandes Duarte afirmando que tinha trabalhado de perto durante 8 anos com a trabalhadora em causa, sempre a considerando uma funcionária exemplar, estranhando toda esta situação, até por não se ter dado conta que havia dinheiro em falta, pelo controlo das refeições confeccionadas. Disse ainda considerar lamentável que esta situação se tivesse avolumado desta forma sem ter havido o devido controlo. Em resposta o Sr. Vereador Dr. Pedro Miguel Mouro Lourenço mencionou que 2014 tinha sido o ano de arranque do Centro Escolar, não existindo referências que permitissem comparações; para além disso, verificaram-se muitas oscilações, durante o ano letivo, de crianças que inicialmente comiam no Centro Escolar e depois passaram a deixar de o fazer, sendo que todas estas situações dificultaram a deteção do ocorrido de forma mais rápida. -----

Após a Câmara Municipal procedeu à votação por escrutínio secreto, deliberando com quatro votos a favor e três abstenções concordar com o Relatório Final do Processo Disciplinar referido em epígrafe (cujo texto foi distribuído previamente por todos os membros do executivo) e assim:-----

- a) Acolher o teor do referido Relatório Final; -----
- b) Considerar que fica prejudicada a aplicação à arguida, a Assistente Técnica Ana Catarina Paiva e Sousa, da pena de despedimento disciplinar, aplicável por força das disposições conjugadas dos números 1 e 2 do artigo 297º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, dado que a arguida denunciou o seu contrato de trabalho em funções públicas, por comunicação de 18 de agosto de 2016 (registo MyDoc nº 12477 que também aqui se dá por integralmente reproduzido); -----
- c) Considerar que deverá a arguida proceder à reposição do montante constante da aludida proposta do Relatório Final, acrescido de juros de mora se a eles houver lugar; -----
- d) Efetuar a competente denúncia ao Ministério Público, uma vez que esta infração poderá configurar também o crime de peculato, previsto no artigo 375º do Código Penal. -----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos, considerando-se assim este o teor definitivo da presente deliberação, dando-se a respetiva minuta por retificada.-----

DIVISÃO FINANCEIRA**DELIBERAÇÃO N.º 330/16 - RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE TERRENO RÚSTICO DENOMINADO "LAMA", SITO EM VILA MAIOR: -----**

Foi presente relatório de avaliação do prédio rústico inscrito na matriz sob o n.º 292 da Freguesia de Vila Maior, sito no lugar do Casalinho, o qual é imprescindível para a rede pública de saneamento, tendo a Câmara Municipal deliberado, por unanimidade, concordar com o valor proposto, assim autorizando a aquisição de parcela do terreno em causa, com a área de 1100 m2, pelo valor de 2.588,00 € (Dois milquinhentos e oitenta e oito euros).-----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos.-----



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL

DELIBERAÇÃO N.º 331/16 - RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE TERRENO BALDIO DE PINDELO DOS MILAGRES: -----

Na sequência da deliberação nº 69/16, de 23 de fevereiro, foi presente relatório de avaliação da parcela do Baldio de Pindelo dos Milagres com a área de 101.652 m², tendo a Câmara Municipal deliberado, por unanimidade, concordar com o valor proposto, assim autorizando a aquisição do terreno em causa, pelo valor de 50.826,00 € (Cinquenta mil oitocentos e vinte e seis euros). O Sr. Vereador Prof. Rogério Fernandes Duarte interveio afirmando que esta questão deveria ter sido logo colocada no início do processo e questionando se eram políticas as razões de não viabilização anterior do parque industrial com área maior e agora tal já ser possível. Em resposta o Sr. Presidente da Câmara esclareceu que a questão era técnica e não política e que o parque industrial mantinha a mesma área inicialmente prevista e que a restante área se destinava a perímetro de proteção florestal, sendo que mesmo esta só tinha sido possível porque o Conselho Diretivo daqueles baldios tinha feito a troca no regime florestal de um baldio para outro.-----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos. -----

DELIBERAÇÃO N.º 332/16 - RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE TERRENO RÚSTICO DENOMINADO "REMOLHA", SITO EM SANTA CRUZ DA TRAPA:-----

Foi presente relatório de avaliação do prédio rústico inscrito na matriz sob o n.º 1344 da União de Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões, sito no lugar da Ribeira de Lourosa, o qual é imprescindível para a rede pública de saneamento, tendo a Câmara Municipal deliberado, por unanimidade, concordar com o valor proposto, assim autorizando a aquisição do terreno em causa, com a área de 4300 m², pelo valor de 10.000,00 € (dez mil euros).-----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos. -----

DIVISÃO DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANÍSTICA**DELIBERAÇÃO N.º 333/16 - REALIZAÇÃO DE OBRAS EM PRÉDIO EM RUÍNAS, SITO EM NEGRELOS, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SÃO PEDRO DO SUL, VÁRZEA E BAIÕES: -----**

Tendo a munícipe proprietária do prédio referido em epígrafe, notificada para a realização de obras de conservação do aludido prédio, vindo apresentar exposição invocando insuficiência económica para a assunção das despesas com aquelas obras e considerando que a sua situação socioeconómica foi devidamente confirmada pelos serviços de ação social, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, substituir-se à mesma, realizando as necessárias obras de demolição, devendo contudo ser-lhe imputadas as respetivas despesas. -----

DELIBERAÇÃO N.º 334/16 - VISTORIA A MURO EM MAU ESTADO DE CONSERVAÇÃO, SITO NO LARGO DO AIDO, PINDELO DOS MILAGRES:-----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com o parecer da comissão nomeada para a vistoria ao muro em referência (constante do registo MyDoc nº 8139 que aqui se dá por reproduzido), assim determinando que o seu proprietário reconstrua o troço do muro que apresenta "barriga", aprumando-o e alinhando esse troço com o restante muro, devendo essas obras serem realizadas no prazo de 30 dias.-----



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL

DELIBERAÇÃO N.º 335/16 - VISTORIA A PRÉDIO A AMEAÇAR RUIR, SITO EM DRIZES, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SÃO PEDRO DO SUL, VÁRZEA E BAIÕES:-----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com o parecer da comissão nomeada para a vistoria ao prédio em referência, (constante do registo MyDoc nº 9063 que aqui se dá por reproduzido), assim determinando que o seu proprietário, no prazo de 30 dias, retire os elementos dos 1º e 2º andares (madeiras, telhas e adobe) que se encontram a cair para a via pública. -----

DELIBERAÇÃO N.º 336/16 - VISTORIA A EDIFÍCIO SITO NAS TERMAS DE SÃO PEDRO DO SUL: -----

Foi presente o processo referido em epígrafe, constante do registo MyDoc nº 9338 que aqui se dá por integralmente reproduzido, tendo a Câmara Municipal deliberado, por unanimidade, concordar com o parecer emitido a respeito pela Chefe da Divisão Administrativa, assim determinando que o reclamado seja novamente notificado para a realização das obras mencionadas no auto de vistoria realizado, as quais deverão ser realizadas no prazo de 30 dias, sendo ainda que deverá a CCDRC ser informada dos desenvolvimentos do processo, nos termos mencionados no mesmo parecer. -----

DELIBERAÇÃO N.º 337/16 - NOMEAÇÃO DE COMISSÃO DE VISTORIA A BARRAÇÃO A AMEAÇAR RUIR, SITO NA FREGUESIA DE FIGUEIREDO DE ALVA: -----

Foi presente o processo referido em epígrafe, constante do registo MyDoc nº 8881 que aqui se dá por integralmente reproduzido, tendo a Câmara Municipal deliberado, por unanimidade, concordar com o proposto Chefe da DPGU, assim nomeando para a Comissão de Vistoria ao aludido barracão, os Srs. Arq. Pedro Marta, Eng.º Álvaro Rolo e fiscal Rui Almeida.-----

DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS**DELIBERAÇÃO N.º 338/16 - PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DE TARIFÁRIO SOCIAL: -**

Analisado o pedido referido em epígrafe, constante do registo MyDoc nº 9176, bem como a respetiva avaliação socioeconómica, constante do registo MyDoc nº 8332, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com o proposto pelos serviços de ação social, atribuindo a tarifa social à munícipe em causa até ao final do ano de 2017. -----

DELIBERAÇÃO N.º 339/16 - PEDIDO DE LIGAÇÃO E FORNECIMENTO GRATUITOS DE ABASTECIMENTO DOMICILIÁRIO DE ÁGUA E DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TARIFA DE RSU: -----

Analisado o pedido referido em epígrafe, constante do registo MyDoc nº 8920, bem como a respetiva avaliação socioeconómica, constante do registo MyDoc nº 8862, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com o proposto pelos serviços de ação social, concedendo isenção de pagamento da tarifa de RSU para o 2º semestre de 2016 e ano de 2017 e bem assim fornecer gratuitamente a ligação e o abastecimento domiciliário de água até ao final de 2017, altura em que a situação deverá ser reavaliada. -----



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL

DELIBERAÇÃO N.º 340/16 - CLARIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO N.º 16/16 RESPEITANTE À ATRIBUIÇÃO DE DESCONTO EM FATURA DE ABASTECIMENTO DOMICILIÁRIO DE ÁGUA PARA CONSUMIDORES QUE ADIRAM AO DÉBITO DIRETO:-----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade clarificar a deliberação referida em epígrafe, no sentido do desconto em causa não ser aplicado nos novos débitos diretos, quando tenha havido interrupção de débito direto por parte do mesmo titular do contrato e para o mesmo domicílio.-----

DELIBERAÇÃO N.º 341/16 - PEDIDO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DA TARIFA DE RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS - PROCESSO 2016/18.04.09/39:-

Analisado o pedido referido em epígrafe, constante do registo MyDoc nº 8400, bem como a respetiva avaliação socioeconómica, constante do registo MyDoc nº 9548, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com o proposto pelos serviços de ação social, concedendo isenção de pagamento da tarifa de RSU para o 2º semestre de 2016. -----

DELIBERAÇÃO N.º 342/16 - EMPREITADA DE VALORIZAÇÃO, CONSERVAÇÃO E REABILITAÇÃO DAS TERMAS ROMANAS DE SÃO PEDRO DO SUL - ABERTURA DE PROCEDIMENTO:-----

Na sequência da deliberação tomada a respeito na reunião extraordinária do passado dia 15 de julho, com o nº 327/2016, na qual foi autorizada a abertura e aprovadas as respetivas peças de procedimento – concurso limitado por prévia qualificação - para a empreitada referida em epígrafe, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte:-----

1º - Concordar com a proposta apresentada pelo Sr. Vereador Dr. Francisco José de Matos, assim retificando a constituição do júri para o aludido procedimento que será então constituído da seguinte forma: Presidente: Arq.^a Ana Patrícia da Silva Carriço; Vogais efetivos: Eng.^a Alda Mónica Gonçalves Coutinho do Carmo Carminé (DRCC), e Eng.º João Pedro Oliveira Marques Mouro; Vogais Suplentes: Arq. Antero Castanheira de Carvalho (DRCC) e Arq. Pedro José da Cunha Marta;-----

2º - Aprovar a lista de trabalhos final e memória descritiva de arqueologia, as quais se dispensam de ser transcritas, depois de terem sido rubricadas por todos os membros do executivo, ficando a constituir o Anexo II da presente ata. -----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos. -----

DELIBERAÇÃO N.º 343/16 - ETAR INTERMUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO SUL E VOUZELA - RELATÓRIO FINAL DA FASE DE QUALIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS:-----

Foi presente o relatório referido em epígrafe que aqui se dispensa de ser transcrito depois de ter sido rubricado por todos os membros do executivo, ficando a constituir o Anexo III da presente ata, bem como a respetiva documentação acessória, constante do registo MyDoc nº 9654/2016, tendo a Câmara Municipal deliberado, por unanimidade, concordar com o mesmo e assim: -----

1º - Admitir os candidatos: Domingos da Silva Teixeira, S.A.; CASAIS - Engenharia e Construção, S.A.; CONDURIL- Engenharia, S.A .; Agrupamento Factor Ambiente,



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL

Engenharia do Ambiente,Lda. e Espina& Delfin, Sl.; Agrupamento Ferrovia Agroman,S.A. e Cadagua; ELEVOLUTION - Engenharia, S.A.; Agrupamento Oliveiras, S.A.e SUEZ Treatment Solutions, S.A.; Agrupamento Sociedade de Construções Soares da Costa S.A. e OMS -Tratamento de Águas, Lda.; Agrupamento Alexandre Barbosa Borges, S.A. e Efacec - Engenharia e Sistemas, S.A.; Agrupamento Ramalho Rosa Cobetar, Sociedade de Construções, S.A. e FCC AQUALIA, S.A.; -----

2 ° - Excluir os candidatos Agrupamento Eterman - Engenharia e Construção, S.A. e Ambiágua - Gestão de equipamentos de água, S.A.; Embeiral - Engenharia e Construção, S.A;
3° - Notificar todos os candidatos da presente deliberação, enviando aos admitidos convite para apresentarem proposta. -----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos. -----

EQUIPA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E AÇÃO SOCIAL**DELIBERAÇÃO N.º 344/16 - RENOVAÇÃO DO PROTOCOLO DE PARCERIA ENTRE O MUNICÍPIO E A ASSOCIAÇÃO BANDEIRA AZUL, REFERENTE AO PROGRAMA ECO-ESCOLAS: -----**

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a proposta apresentada pela Srª Vereadora Drª Teresa Cristina Castanheira Almeida Sobrinho, no sentido de, à semelhança dos anos anteriores, assumir o custo associado à inscrição dos dois agrupamentos de escolas do concelho no programa Eco-Escolas, o qual importa em 140,00€ (Cento e quarenta euros).--

DELIBERAÇÃO N.º 345/16 - AÇÃO SOCIAL ESCOLAR - PROCESSO 2016/13.02.03/5: -----

Analisado o processo referido em epígrafe, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a avaliação socioeconómica, constante do registo MyDoc nº 9114 que aqui se dá por reproduzido e assim atribuir ao aluno em causa passe gratuito para todo o ano letivo de 2016/2017. -----

DELIBERAÇÃO N.º 346/16 - FUNDO SOCIAL DE APOIO À HABITAÇÃO - PROCESSO Nº 13/2015: -----

Analisado o processo referido em epígrafe, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a avaliação socioeconómica, constante do registo MyDoc nº 3880 que aqui se dá por reproduzido, assim indeferindo o pedido de apoio em apreciação, por não se verificarem as condições de carência económica.-----

DELIBERAÇÃO N.º 347/16 - FUNDO SOCIAL DE APOIO À HABITAÇÃO - PROCESSO Nº 16/2015: -----

Analisado o processo referido em epígrafe, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a avaliação socioeconómica, constante do registo MyDoc nº 3883 que aqui se dá por reproduzido, assim indeferindo o pedido de apoio em apreciação, uma vez que a habitação em causa dispõe de todas as condições consideradas fundamentais ao agregado familiar.-----



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO: Nesta altura, quando eram 10 horas e 22 minutos, nada mais havendo a tratar, deu-se a presente reunião por encerrada, dela para tudo constar, se lavrando a presente ata que vai ser assinada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal Vítor Manuel de Almeida Figueiredo e por mim, António Miguel Perdigoto Girão, Coordenador Técnico da Secção de Expediente Geral.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

O COORDENADOR TÉCNICO DA SECÇÃO DE EXPEDIENTE GERAL,